

Na mesa, planos para interferir na Petrobras

Pedido de demissão do presidente da estatal abre caminho para Lira tentar alterar política de preços dos combustíveis. Com o mesmo objetivo, governo busca emplacar indicados ao Conselho de Administração da empresa

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

Após o presidente da Petrobras, José Mauro Coelho, renunciar ao cargo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), entrou em cena para tentar interferir na estatal e frear a escalada de preço dos combustíveis. Ele se reuniu, ontem, com lideranças partidárias e com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em busca de propostas.

Ainda não há um consenso sobre quais medidas devem ser adotadas, mas foram apresentadas ideias, e Lira tem duas reuniões marcadas para hoje: de manhã, com integrantes da oposição e da minoria; à tarde, com a base governista. Há, ainda, a intenção de instalar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) com o objetivo de investigar a petroleira (leia reportagem abaixo).

Uma das sugestões do presidente da Câmara é fazer alterações na Lei das Estatais, por meio de medidas provisórias, que ele cobra serem editadas pelo governo. "Os assuntos infraconstitucionais poderiam ser resolvidos mais rapidamente por meio de medidas provisórias, que poderiam alterar alguns aspectos da Lei 13.303, ou Lei das Estatais, que permitiriam maior sinergia entre estatais e governo", afirmou Lira. "O que se aprovou lá atrás, muito ainda no reboque das situações que o Brasil passou, acabou transformando as estatais em seres autônomos e com vida própria e que são, muitas vezes, dissociadas do governo do momento", acrescentou.

Outra alternativa discutida na reunião de líderes foi o aumento da taxa de lucro da empresa, a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), e alternativas à política de preços da Petrobras, hoje indexada ao dólar — o preço de paridade internacional (PPI). Lira sugere dobrar a taxa e, assim, reverter recursos para a população,

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Lira cobrou do governo medida provisória para alterar Lei das Estatais e segurar o preço dos combustíveis



Há um sentimento quase unânime por parte de todos os líderes de que o Ministério da Economia e o governo federal têm de se envolver nessas discussões, participar mais de perto"

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

sem que entre no caixa do governo.

Conta de estabilização

A pedido de Rodrigo Pacheco, foi trazido também ao debate o PL 1.472. O projeto, aprovado no começo do ano pelo Senado, prevê a criação de uma conta

de estabilização dos preços dos combustíveis. O texto, porém, acabou não avançando na Câmara. Agora, Lira afirmou que vai conversar com líderes a respeito da proposta.

À noite, Pacheco postou no Twitter: "Fui convidado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira,

para participar da reunião de líderes da Câmara que tratou de medidas para reduzir o preço dos combustíveis. Ouvi as diversas ideias a respeito do tema e as levarei para a consideração dos líderes do Senado".

Conselho

A saída de Mauro Coelho também deixou o caminho aberto para o Executivo mudar a cúpula da estatal e, assim, interferir na política de preço dos combustíveis.

No início do mês, por meio do Ministério de Minas e Energia, o governo indicou para a presidência da estatal Caio Paes de Andrade, secretário de Desburocratização do Ministério da Economia. A pasta listou outros nove nomes

para integrar o Conselho de Administração — quatro deles já compõem o colegiado. Os indicados ainda têm de ser avaliados em assembleia de acionistas.

Para o cientista político do Insper Leandro Consentino, a troca de comando na Petrobras gera mais instabilidade para a estatal, o que pode acarretar maior aumento no preço dos combustíveis. "Sob o governo Bolsonaro, já houve três presidentes na Petrobras. São sinalizações muito ruins para o mercado. Essa troca é uma tentativa de terceirizar a responsabilidade do reajuste dos combustíveis, tentar achar um culpado, um bode expiatório para que o governo não assuma mais esse, sobretudo junto ao eleitorado no ano que ele está tentando viabilizar a sua reeleição", afirmou.

Críticas de deputados

A Petrobras foi o tema principal dos discursos no plenário da Câmara na sessão de ontem, dada a renúncia do presidente da estatal, José Mauro Coelho, após críticas sobre o sucessivo aumento de preços dos combustíveis.

Diversos parlamentares criticaram a política de preços da Petrobras atrelada aos praticados no exterior, o chamado preço de paridade de importação (PPI), e a atuação do governo federal, que tem voto majoritário no conselho da estatal e é responsável pela indicação do presidente da Petrobras.

O deputado Enio Verri (PT-PR) avaliou que a saída de Mauro Coelho não vai afetar a decisão de subir os preços nas bombas. "O preço do combustível hoje não está ligado de maneira nenhuma à administração da Petrobras. A política de preços de paridade internacional nada mais é do que uma política indicada pelo presidente da República e pelo seu ministro da Economia, Paulo Guedes", criticou.

O deputado Célio Moura (PT-TO) disse que os parlamentares já sabiam que projetos votados no Congresso para diminuir impostos dos combustíveis não teriam efeito no valor ao consumidor diante da política de preços. "Mesmo votando a favor, sabemos que baixar os impostos dos estados não iria funcionar", declarou.

O deputado Fábio Trad (PSD-MS) afirmou que o governo é o responsável pela crise. "Quem escolhe o presidente da empresa e a maioria do conselho deliberativo é a Presidência da República. Portanto, de nada adianta mudar o presidente da estatal, mudar a maioria do conselho deliberativo. É preciso mudar a formação de preços dos combustíveis", disse. (Agência Câmara)

Em campo pela CPI dos Combustíveis

Diante dos aumentos sucessivos no preço dos combustíveis, deputados cogitam a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a Petrobras. De acordo com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o líder do PL na Casa, Altineu Cortes (RR), deve apresentar, nos próximos dias, um requerimento com pedido de instalação do colegiado.

Desde a semana passada, tanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quanto congressistas passaram a cogitar a instalação de uma CPI, entre os quais, parlamentares de oposição.

Apesar de haver movimentação no Congresso nesse sentido, o vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos) afirmou, ontem, que o pedido não deve sair do papel. Na avaliação dele, a proximidade com o período eleitoral deve dificultar os trâmites. "Acho que não vai nem andar

isso aí. Não tem nem tempo. Nós estamos andando já na fase eleitoral. Mais um mês e meio, e inicia a campanha eleitoral. Eu acho difícil que uma CPI vá andar neste momento", disse a jornalista na entrada do Palácio do Planalto.

Desde a semana passada, tanto o presidente Jair Bolsonaro (PL) quanto parlamentares passaram a cogitar a abertura de uma CPI para investigar o presidente da Petrobras bem como o Conselho da empresa, que autorizam os reajustes nos preços dos combustíveis.

Inflação

Mourão ainda comentou sobre a escalada da inflação. Ele reforçou que o "mundo inteiro está vivendo isso aí" e citou que, nos Estados Unidos, dezenas de voos foram cancelados por falta de passageiros, já que os passageiros

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



O deputado Altineu Cortes deve apresentar requerimento para a instalação da comissão

estão "muito caras por causa do preço do combustível".

"O pessoal está deixando de frequentar restaurantes. A inflação está afetando o mundo inteiro, e nós, aqui, estamos tentando

buscar uma solução", ressaltou. "A redução do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), não criar um imposto sobre a exportação de petróleo quando o barril estiver acima de

um valor 'x' é alguma solução a ser buscada no sentido", acrescentou.

Nos últimos dias, Bolsonaro defendeu a abertura da investigação. "Conversei ontem

(domingo) com o líder do governo e o presidente da Câmara para a gente abrir uma CPI segunda-feira. Vamos para dentro da Petrobras", disse ele, ao participar de um ato religioso em Manaus.

Para o cientista político do Insper Leandro Consentino, é improvável que a ideia de instalar uma CPI vá para a frente. "Se o governo se esforçar para levantar essa CPI, não vai ser a oposição que vai barrar, muito pelo contrário. Só que os dobramentos vão cair no colo do próprio governo, então, dificilmente, você veria um esforço tão miope", criticou. "Parece-me novamente tentativa de delegar a responsabilidade ou tentar criar um fato para justificar o problema da alta dos combustíveis e não se indispôr com o eleitorado." (TM e RF)

Leia mais sobre Petrobras na página 7

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política / Economia **Página:** 2 e 7